

ENCONTRO DO PCP SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DO DISTRITO DE LEIRIA

Marinha Grande

30 de Setembro de 2007

Introdução

O Encontro sobre o Desenvolvimento Económico e Social do Distrito de Leiria tem lugar no quadro da preparação da Conferência Nacional do PCP sobre as Questões Económicas e Sociais a realizar nos dias 24 e 25 de Novembro próximo.

No desenvolvimento da resolução política da VII Assembleia da Organização Regional de Leiria do PCP, aqui procuramos aprofundar o diagnóstico da situação económica e social do Distrito mas também avançar com contributos no quadro da construção de uma política alternativa que rompa com as políticas económicas e sociais que têm dominado e assegurem um desenvolvimento integrado e sustentável com justiça social.

Ocorrendo num momento complexo da situação económica e financeira internacional, este encontro realiza-se nas vésperas da entrada em funcionamento do QREN e no quadro de uma (contra)reforma administrativa não democrática que está a decorrer à margem da vontade das populações.

As políticas do poder central, quer sejam conduzidas por governos do PS ou do PSD, com ou sem o CDS/PP, têm-se pautado por subalternizar o Distrito que quase sempre é relegado para os últimos lugares do investimento da administração central e se vê colocado à margem dos grandes projectos inovadores ou de investigação e desenvolvimento.

O PCP, consciente dos constrangimentos e dificuldades impostos por mais de 30 anos de política de direita, analisa a realidade económica e social e com confiança nos trabalhadores e no povo propõe como elementos integrantes de uma política alternativa e de uma alternativa política um conjunto de medidas que promovam a justiça social e o desenvolvimento sustentado e harmonioso do Distrito, em torno das quais é preciso promover a unidade e a luta pela sua concretização.

A região, os trabalhadores, os pequenos agricultores, os micros, pequenos e médios empresários e as populações em geral podem contar com o PCP, como sempre aconteceu até agora.

I – Caracterização

Geografia

Com uma área de 3517 km², o Distrito desenvolve-se a oeste do sistema montanhoso Montejunto-Estrela, entre o oceano e as serras de Aire e Candeeiros, do Sicó e

da Lousã. A norte é delimitado pelo Distrito de Coimbra, a leste pelos distritos de Castelo Branco e Santarém e a Sul pelo Distrito de Lisboa.

Possui inúmeras riquezas naturais e uma grande diversidade morfológica, geológica e paisagística. Apresenta elevado potencial agrícola, designadamente para a horto-fruticultura e a vinha.

O seu subsolo encerra uma vasta riqueza mineral, sobretudo de minerais não-metálicos, que está na origem de uma relevante indústria extractiva e indústria transformadora dessas matérias-primas.

Apresenta excelentes condições para a pesca, particularmente a partir dos portos de Peniche e Nazaré. A sua costa constitui também um importante recurso na área do turismo.

História

O Distrito possui um muito rico espólio paleontológico do Jurássico, tal como um importante património pré-histórico e histórico, que vem desde o paleolítico inferior e tem o seu expoente no valioso património monumental, incluindo Património Mundial da UNESCO, como os mosteiros de Alcobaça e Batalha.

A modernidade tem início na segunda metade do Séc. XVIII com a instalação da Real Fábrica de Vidros na Marinha Grande. Ainda no final do Séc. XVIII são instaladas algumas fábricas têxteis de capitais essencialmente ingleses, alemães e italianos. Trata-se do advento da Revolução Industrial que, cerca de 100 anos mais tarde, na segunda metade do Séc. XIX, triunfava definitivamente com o desenvolvimento também da indústria de Cerâmica. Apareceu o caminho-de-ferro, as actividades extractivas intensificaram-se e alargaram-se ao carvão e ao ferro, surgiram novas fábricas de resina e pez e altos-fornos siderúrgicos e ampliaram-se os sectores do vidro e da cerâmica. A partir dos anos 40 do Século XX afirma-se uma florescente e inovadora indústria de moldes e plásticos, num distrito que foi até aos anos sessenta maioritariamente agrícola.

A afirmação do comércio e indústria modernos na Região, num contexto de domínio agrícola ancilosado do Portugal de oitocentos, foi, porém, um processo tão lento que gerou as condições para a perpetuação do atraso.

O ciclo de modernidade e desenvolvimento haveria de ser outra vez dinamizado com a Revolução de Abril de 1974.

Demografia

Nas Estimativas da População Residente em 31 de Dezembro de 2006, realizadas pelo INE, aponta-se para um crescimento da população residente face ao censo de 2001 de um pouco mais de 20 000 habitantes, cerca de 4,50%. O Distrito contará agora com cerca de 478 000 habitantes, podendo aproximar-se do meio milhão já no próximo censo.

Porém, como temos alertado e denunciado continuamente, este crescimento é desigual. Assistimos a uma muito preocupante desertificação humana dos concelhos do norte interior – o que é um autêntico libelo às políticas de direita conduzidas nas últimas dezenas de anos. São os concelhos do litoral que reforçam a população e o concelho de Leiria, só por si, já vale 27% contra 26% em 2001.

Em 2001 a taxa de actividade do Distrito era de 47%, inferior à média nacional, de 48,2%. O Sector Primário ocupava 5,7% da população activa, o Sector Secundário 43,3% e o Sector Terciário 51%. A Indústria Transformadora (28%), o Comércio (17,6%) e a Construção Civil e Obras Públicas (14%) são as actividades mais geradoras de emprego.

Economia

Várias empresas e grupos regionais vivem processos de crescimento pela concentração e centralização de capitais, atravessando muitos deles fases de internacionalização ou de maior expansão internacional.

Nos últimos anos, importantes empresas do passado desapareceram em resultado das políticas económicas neoliberais, por motivo de má gestão ou por incapacidade de adaptação às novas condições impostas pela globalização capitalista e de uma economia desregulada.

A indústria marca o Distrito e é o grande diferenciador da actividade económica regional. No contexto nacional, o Distrito destaca-se pela produção de vidro, cerâmica, cimento e produtos do cimento, plásticos e moldes. A dimensão média das empresas do Distrito é inferior à média nacional.

Organização administrativa

Vítima de políticas centralizadoras que nunca tiveram em conta os interesses das suas populações, o Distrito tem-se visto traçado e espartilhado em divisões artificiais, atentatórias do desenvolvimento integrado do território, e não democráticas. O poderes dominantes traçam os limites por onde querem sem que as populações sejam consultadas ou os seus representantes locais se preocupem. Foi assim durante o regime fascista, com parte do Distrito a ser incluído na Beira Litoral e outra parte a manter-se na Estremadura. Foi assim nos últimos anos com a constituição das CCR. É agora com a política do bloco central de interesses, de momento conduzida pelo PS, que pretende impor arbitrariamente e irremediavelmente a divisão do Distrito entre a Região de Coimbra e a Região de Lisboa. O que deveria estar integrado querem que fique definitivamente separado sem que para tal ouça as populações.

II – A situação económica e social

1 - O Distrito tem conhecido um acentuado agravamento da situação económica e social. São maiores as dificuldades para os trabalhadores e aumentaram as falências e os encerramentos, com maior incidência na cristalaria, na cerâmica, no mobiliário, na construção e obras públicas, nos moldes, na pequena agricultura, pecuária e pescas, na restauração e bebidas e no micro e pequeno comércio, lançando no desemprego milhares de trabalhadores.

2 - A economia regional atravessa uma situação de crise em resultado das políticas de direita dos últimos anos. O actual Governo do PS/Sócrates continuou, ampliou e aprofundou os factores de crise.

3 - A obsessão com o défice público e o cumprimento das metas do Pacto de Estabilidade e Crescimento de matriz neoliberal, a redução crescente do poder de compra das populações, as altas taxas de juro, o aumento da carga fiscal, o desinvestimento nas funções sociais do Estado, a quebra acentuada do investimento em obras públicas, os obstáculos criados ao investimento das autarquias locais e a iniquidade do sistema fiscal para as micro e pequenas empresas são factores que têm contribuído para a retracção da economia, com graves consequências para os tecidos económico e social regionais.

4 - O encerramento de empresas e o abandono da agricultura e da pecuária familiares, os baixos salários e o seu congelamento, nalguns casos há mais de quatro anos, em vários

casos abaixo dos mínimos contratuais, os salários e subsídios em atraso, o trabalho extraordinário não pago (bolsa de horas), o desemprego (cerca de 25 000 desempregados. Fonte: União de Sindicatos de Leiria), o trabalho precário, a retoma dos caminhos da emigração e a partida de imigrantes são expressões visíveis destas políticas económicas inimigas do desenvolvimento e do progresso com justiça social.

4.1 - A indústria da cristalaria entre 2004 e 2006 viu desaparecer cerca de 650 postos de trabalho, quase todos em processos de encerramento de empresas. Recentemente, em 2006, encerraram, para além de outras de menor dimensão, duas das maiores empresas que operavam neste sector: a Dâmaso e a Marividros. Só nos últimos três anos perderam o emprego neste sector cerca de 3000 trabalhadores na região.

4.2 - O sector da construção civil e obras públicas (COP), apesar de o número de trabalhadores ao serviço continuar a crescer numa perspectiva de longo prazo, conjunturalmente, devido à pior crise que o sector atravessa em 20 anos, assistiu a uma quebra acentuada. Por outro lado, uma elevada sinistralidade, deficientes condições laborais, má organização dos estaleiros, má organização de muitas empresas e falta de formação e qualificação profissionais são traços dominantes.

4.3 - O sector do comércio continua a caracterizar-se por uma grande precariedade nos vínculos laborais e por uma grande rotatividade de trabalhadores em especial nas grandes cadeias de distribuição. Nos últimos anos acentuou-se a repressão nas empresas e locais de trabalho e a limitação ao exercício da actividade sindical.

5 - O alargamento da União Europeia veio trazer ainda outros factores de instabilidade e debilitar o Distrito no contexto da economia mundializada. Assiste-se à deslocalização da produção e mesmo de meios de produção para países do alargamento até por empresas da região. Por outro lado, vários desses países concorrem com o Distrito nas mesmas fileiras industriais e agrícolas. Neste contexto, a persistência de factores claramente desvantajosos para a economia nacional e regional – como, por exemplo, os custos energéticos e o baixo nível habilitacional e técnico – tem sido um elemento penalizante da competitividade das nossas empresas e da nossa economia.

6 - Particularmente vulneráveis encontram-se a cerâmica e o vidro, sectores históricos de forte implantação regional e que atravessam sérias dificuldades sem que se vislumbre da parte do Governo do PS vontade sincera de contrariar este estado de coisas. Estamos perante um governo submisso aos interesses do grande capital nacional e internacional e às grandes potências e que não equaciona buscar soluções fora do quadro neoliberal.

7 - A economia do distrito está fortemente internacionalizada, o que é um factor positivo, mas as alterações que se processam na divisão internacional do trabalho capitalista têm-na atingido com intensidade.

8 - O Distrito, tal como o país, apresenta atrasos em inovação. Em matéria de I&D, Portugal detém indicadores que se ficam em cerca de metade da média da UE. O Distrito apresenta indicadores abaixo da média nacional, o que é preocupante.

9 - Portugal continua também com problemas ao nível da produtividade. Os indicadores mais recentes, avançados num Relatório da OIT – Organização Internacional do Trabalho, colocam o nosso país em 21.º lugar entre 29 países, com uma das mais baixas produtividades da Europa.

10 - Entre 2003 e 2007 Portugal vê degradar-se o seu desempenho competitivo, passando de 32.º lugar em 2004 para 39.º lugar em 2007, entre 55 países estudados. Os factores que mais contribuíram para esta posição de Portugal foram o *desempenho económico* (48.º lugar em 2007) e o da *eficiência empresarial* (44.º lugar em 2007).

10.1 - Com uma dimensão empresarial média inferior à nacional e com atrasos e insuficiências ao nível da inovação e da produtividade, o Distrito tem também, obviamente, problemas de competitividade.

11 - Ao contrário do que diz a propaganda governamental e do patronato, não são os trabalhadores os responsáveis pela situação mas antes o próprio governo, os gestores e os empresários. Aliás, o sub-factor menos favorável a Portugal é mesmo as *práticas de gestão* (50.º lugar).

12 - A política fiscal, nomeadamente em sede processual de IVA (reembolsos, entrega do imposto liquidado muito antes do recebimento da factura e novo regime para a construção civil e obras públicas) e de IRC (pagamentos especiais por conta) é francamente penalizadora do tecido económico regional devido à sua pequena dimensão média, áreas de actividade e carácter exportador esmagadoramente para países da UE.

13 - Os preços da energia eléctrica e combustíveis, superiores aos praticados em países e regiões nossos concorrentes, penalizam muito a Região que detém uma estrutura económica grande consumidora desses bens.

13.1 - No caso do abastecimento de energia eléctrica, a liberalização do sector, com o fim dos preços fixados e a instituição de contratos individuais, vai criar mais desvantagens competitivas comparativas às micros, pequenas e médias empresas.

14 - Numa região fortemente exportadora, o ajustamento ao Euro está a ser penoso e a sua fortíssima valorização face ao Dólar dos EUA está a diminuir ainda mais a capacidade exportadora para mercados fora da Eurozona e países terceiros, bem como a capacidade concorrencial nos países da Eurozona, onde os seus produtos e serviços têm de concorrer com produtos vindos de países que vendem em dólares norte-americanos ou cuja moeda não está indexada ao Euro.

15 - Invocando a necessidade de responder aos sérios problemas que o capitalismo enfrenta, o grande capital tem conduzido uma fortíssima cruzada contra os trabalhadores e os seus direitos duramente conquistados ao longo de mais de um século de árduas e incessantes lutas. Nesta ofensiva global tem contado com a cobertura e iniciativa dos partidos da direita (PSD e CDS-PP) mas também do PS.

16 - Estamos na presença de uma ofensiva contra os direitos laborais e sociais sem precedentes. O governo do PS, contrariando as suas promessas, amplia tal ofensiva pretendendo introduzir a chamada flexigurança, que mais não é que a liberalização dos despedimentos e dos horários de trabalho e a destruição da contratação colectiva.

17 - Esta ofensiva alarga-se às funções sociais do Estado e ao poder local democrático degradando o nível e a qualidade de vida dos trabalhadores e da generalidade das populações, empobrecendo a democracia, agravando as assimetrias sociais e territoriais e enfraquecendo a economia.

18 - Neste ataque, lamentavelmente, se alguma coisa distingue a direita partidária do partido socialista é o afinco deste no desmantelamento dos direitos sociais e laborais e na atribuição de novo ao Estado de funções meramente repressivas, ficando as funções sociais apenas com carácter residual.

18.1 - O PS, em clara afronta à Constituição da República, pretende de modo muito célere apagar da filosofia da intervenção do Estado qualquer ideia de solidariedade e redistribuição para instituir e consolidar uma filosofia repressiva, por um lado, e assistencialista-caritativa, por outro.

18.2 - Está-se a transformar em negócio de grandes interesses regionais, nacionais e internacionais os direitos fundamentais dos cidadãos como a saúde, a acção social e a educação e o ensino, áreas onde a igreja católica e o capital, que no Distrito está também ligado ao PS, têm crescentes interesses.

18.3 - Os indicadores demonstram o descabro social destas políticas: Portugal é campeão das injustiças sociais e reproduz o injusto modelo social vigente.

19 - Também aqui no distrito assistimos à imposição das práticas ditadas pela cartilha do discurso oficial neoliberal que apresentam sempre como solução para os problemas de

produtividade e competitividade a generalização da precariedade do emprego, a desregulamentação das relações laborais, a liberdade total de despedimento, o aumento do horário de trabalho, a flexibilidade total e a repressão, por vezes feroz e violenta, como tem acontecido em várias empresas da Região, provocando forte instabilidade aos trabalhadores e suas famílias e a degradação da sua qualidade de vida.

20 - Ao invés, o que se impõe para melhorar a situação económica no Distrito é superar as insuficiências e deficiências da gestão e da organização da produção ou das actividades operacionais e promover a qualificação dos trabalhadores, a elevação do nível habilitacional, a contratação de quadros com formação superior, o estímulo à criatividade e envolvimento dos trabalhadores, a melhoria das condições laborais e sociais e ainda estimular a cooperação empresarial.

21 - As políticas de direita, persistindo num modelo de desenvolvimento de baixos salários, numa especialização de fraco valor acrescentado, na subcontratação e na fraca valorização do potencial regional, por um lado, e na submissão aos interesses do grande capital e das grandes potências, por outro lado, estão a criar sérias dificuldades à economia regional e a degradação da situação social no Distrito, não promovendo alternativas inovadoras capazes de estimular o sector produtivo, o desenvolvimento sustentado assente na promoção do trabalho qualificado e valorizado, o emprego com direitos e uma justa distribuição da riqueza.

III – Análise sectorial

III.1 – Indústria

1 - A indústria transformadora deve ser defendida, valorizada e potenciada, aproveitando o conhecimento e o saber-fazer seculares. Em 2002 e 2003 pertenciam à indústria transformadora 11% das sociedades sedeadas no Distrito, 7 220 em 2002 e 6 955 em 2003, e 39% (50 404) dos trabalhadores assalariados estavam ao seu serviço em 2003, contra 41% (52 399) em 2002, o que corresponde a uma quebra de quase 4% no número de trabalhadores ao serviço.

2 - Os sinais preocupantes de evolução não deixaram de se fazer sentir nestes últimos anos, não só nos sectores tradicionais e que geram mais emprego, como a cerâmica e o vidro, mas também no sector dos moldes, todos profundamente dependentes de mercados externos. São as dificuldades inerentes à diminuta dimensão, à gestão e organização do trabalho deficientes, à fraca inovação dos produtos, à baixa incorporação técnica e científica, à fraca cooperação inter-empresas e destas com o sistema científico-técnico e à dificuldade persistente de afirmação de políticas comerciais autónomas.

3 - Os custos da energia e dos combustíveis claramente acima dos preços de fornecimento às empresas de outros países nossas concorrentes, são factores que agravam os custos finais de produção, introduzindo claras desvantagens competitivas. Não há uma política de defesa dos sectores produtivos.

4 - A manutenção de uma estrutura empresarial atomizada, as baixas habilitações literárias e técnicas dos trabalhadores, o baixo número de quadros técnicos superiores nas empresas e o fraco recurso à formação profissional são factores que constituem sérios entraves ao desenvolvimento consolidado da indústria regional. O nível habilitacional na região

continua a ser inferior à média nacional, já de si fraca, com menos diplomados com graus médios e superiores.

5- Cristalaria

5.1 - Deu-se o colapso da Vitrocristal que gorou as expectativas criadas com a sua constituição. O processo de reestruturação da cristalaria, conduzido à margem das organizações dos trabalhadores, falhou.

5.2 - Tal como as coisas estão só há capacidade de produzir para nichos de mercado, embora empresários defendam que com a redução de custos energéticos e políticas de defesa e promoção deste sector haveria capacidade de novo para produzir em larga escala.

5.3 - O sistema científico e técnico e as empresas interagem pouco e sem permanência.

5.4 - A credibilização dos produtos portugueses exige um trabalho metódico e consistente para melhorar a qualidade do vidro, a qualidade técnica e artística dos produtos e a sua contemporaneidade.

5.5 – Pelas crises profundas que tem atravessado e por praticar remunerações inferiores a outros sectores, sofre de algum desprestígio social e tem lacunas sérias ao nível habilitacional e da formação dos seus activos.

6 – Moldes e Plásticos

6.1 - Na indústria de moldes encerraram diversas empresas e várias atravessam dificuldades. O sector tem atravessado um período de dificuldades com a deslocalização de produções para o leste europeu e, sobretudo, para a Ásia (seguindo as tendências das indústrias contratantes), com o esmagamento de preços e a dilação dos prazos de pagamentos por parte da indústria automóvel, que nos últimos anos se tornou o cliente dominante da indústria de moldes regional.

6.2 - Apesar de nos últimos meses se notar uma melhoria na carteira de encomendas entre a maioria das empresas sobreviventes, não se pode, por agora, falar em inversão sustentada da situação que o sector tem atravessado.

6.3 - Embora neste ramo industrial os problemas não assumam um carácter tão agudo como nas indústrias tradicionais do vidro, da cerâmica e das madeiras e mobiliário, também aqui se sentem as deficiências ao nível da formação profissional, do domínio e utilização plena da mais recentes inovações tecnológicas, na cooperação com os sistemas científico e do conhecimento nacionais, dos prazos de entrega, etc.

6.4 - A excessiva dependência da indústria automóvel europeia é um elemento de preocupação. Alterações estratégicas, como a deslocalização, podem trazer graves consequências.

6.5 - Esta indústria tem, contudo, potencialidades nos planos da formação e qualificação da força de trabalho, da capacidade de gestão, do nível organizacional e do domínio na utilização dos meios de produção que superam em muito os das indústrias tradicionais. O sector, dos mais avançados no país, encerra um enorme potencial, inclusive para disseminação de métodos e tecnologia por outros sectores.

6.6 - Do governo português esperava-se mais apoio, particularmente quanto à divulgação da fileira e à inovação tecnológica.

6.7 - O sector de **plásticos**, redireccionado nos últimos anos para os plásticos técnicos, sobretudo para a indústria automóvel, e a embalagem, apresenta um enorme potencial e capacidade de expansão. A excessiva dependência do sector automóvel, tal como nos moldes, merece a maior atenção e a procura de alternativas.

7 – Cerâmica

7.1 - A indústria da cerâmica atravessa uma conjuntura particularmente complexa com aspectos de grande preocupação no sub-sector do barro branco, com particular incidência na cerâmica utilitária e decorativa. Também a cerâmica estrutural, muito dependente do sector da construção civil, atravessa momentos de dificuldade. Em melhor situação, apesar de alguns sinais de inquietação, está a cerâmica plana. Portugal é o 3.º maior produtor europeu e exporta cerca de 90% da produção, concorrendo com a Itália e Espanha.

7.2 - Os custos energéticos, a sobrevalorização do Euro, a falta de formação e qualificação profissionais, as deficiências de gestão e organização das empresas e a comercialização são das maiores preocupações e contribuem para a perda de quotas de mercado na Europa central e do norte e nos EUA,

7.3 - Pelo peso que tem no distrito (Leiria detém cerca de 23% da produção e do emprego), pelas reservas de matéria-prima, pelo saber-fazer da região e pelo potencial que apresenta no domínio de novas aplicações, a indústria de cerâmica deve ser objecto de medidas específicas que permitam debelar a situação de crise e promover o seu ulterior desenvolvimento numa perspectiva de inovação e modernidade.

8 - De uma forma geral, é necessário promover a inovação, a diversificação e a complementaridade de sectores.

III.2 – Construção civil e obras públicas

1 - Este sector detinha em 2004 cerca de 21% de todas as empresas do Distrito. A estrutura empresarial continua muito atomizada com grande proliferação de micro, pequenas e médias empresas e com muitos trabalhadores por conta própria. Trata-se de uma fragilidade regional comum a outros sectores e factor de baixa produtividade.

2 - É, porém, neste sector que se encontram alguns dos maiores e mais poderosos grupos regionais, sendo de destacar o Grupo Lena, com cerca de 1000 trabalhadores em Portugal e com actividades em vários países. A tendência para a concentração de capitais mantém-se.

3 - Com a crise que abala o sector e com a queda abrupta no volume de obras públicas, são diversos os casos de falência e de redução do número de trabalhadores em empresas regionais, sendo expectáveis mais falências e mais desemprego.

4 - A forte contracção registada teve impactos muito negativos nos sectores a montante (cerâmica, cimento, madeiras, portas e janelas, etc.), mas também nos sectores a jusante.

5 - Por outro lado, constata-se que algumas empresas regionais de pequena e média dimensão começam a operar em Marrocos e nalgumas regiões de Espanha, aqui através de angariadores e numa situação de incerteza, e que trabalhadores portugueses lançados no desemprego estão de novo a trilhar os caminhos da emigração.

III.3 – Comércio e distribuição

1 - Neste sector, em 2004, tinham sede no Distrito 21 732 empresas. No comércio laborava em 2003 cerca de 21% da força de trabalho regional.

2 - As cidades de Caldas da Rainha e Leiria e o eixo do IC2 nos concelhos de Pombal, Leiria, Batalha e Porto de Mós possuem a maior concentração comercial. A conurbação de Leiria assume-se cada vez mais como um centro de comércio e serviços regional com capacidade de influência nos distritos de Lisboa, Santarém e Coimbra.

3 - Continuou o processo de expansão e acentuou-se o domínio das médias e grandes superfícies, processo que vai continuar com as ampliações em curso, bem como com as propostas de unidades comerciais de dimensão relevante na região.

4 - As cadeias francesas e alemãs continuam a expandir-se e novas cadeias com origem nestes dois países vieram juntar-se às já existentes.

5 - O grupo leiriense ULMAR vai ser ou já terá sido adquirido por um grupo nacional.

6 - O pequeno comércio tradicional independente e a pequena restauração vivem sérias dificuldades devido às políticas económicas, fiscais e orçamentais de favorecimento ao grande capital, à crise económica e estrutural que há anos afecta Portugal e a região, à prática de baixos salários a que querem condenar os trabalhadores portugueses e à forte concorrência das médias e grandes superfícies e das lojas de grandes cadeias.

7 - O processo de concentração e centralização de capitais afecta todos os ramos do comércio e novas ameaças surgem para o pequeno comércio independente com a modalidade do comércio electrónico, que já adquire alguma dimensão, sem que a grande parte do comércio regional esteja apta para enfrentar esta nova realidade.

III.4 – Turismo

1 - O Distrito continua até hoje e no fundamental a não conseguir contrariar o modelo de turismo sazonal, de muita curta estadia e de passagem, tendo sido até ao momento incapaz de tirar partido do importante património natural, histórico-monumental e gastronómico.

2 - A divisão administrativa e turística do Distrito, da responsabilidade dos partidos da direita e do PS, tem sido um forte entrave à construção de uma estratégia coerente, integrada e unificada. A intenção do PS de criar apenas cinco regiões turísticas, coincidentes com as áreas de intervenção das CCDR, ainda agrava mais a situação, desagregando inclusivamente a Região de Turismo de Leiria/Fátima.

3 - Apesar do forte investimento na divulgação do factor religioso, os benefícios para o Distrito continuam abaixo das expectativas. Quem visita Fátima não faz mais do que um rápido périplo pelos lugares turísticos mais conhecidos.

4 - Nos últimos anos surgiram e estão em desenvolvimento alguns projectos turísticos, concentrados no litoral, frequentemente em zonas sensíveis e em claro desrespeito pela natureza. Isto assume uma particular gravidade nos concelhos de Óbidos e Alcobaça com novos empreendimentos de luxo e de golfe sem a devida consideração dos impactos ambientais e com construções em dunas e arribas. Não é aceitável que projectos ligados ao grande capital financeiro e especulativo, ao abrigo de uma denominação de projectos de interesse nacional, atribuída pelo governo e sem controlo democrático, possam estar excepcionados das condicionantes impostas pela RAN e pela REN.

5 - A má qualidade urbana e o estado de abandono, por vezes de decrepitude, em que se encontram os centros históricos das principais cidades são factores que não promovem a capacidade de atracção. Começam, contudo, a surgir evidências de lenta alteração das tendências. As obras de requalificação de alguns centros históricos, apesar de insuficientes, estão a tornar mais atractivas algumas cidades e vilas.

III.5 – Infra-estruturas

1 - O Distrito continua a ser tratado de modo subalterno. Mais uma vez, em 2007, foi relegado para as últimas posições do investimento do Estado, com consequências no estádio de desenvolvimento das infra-estruturas e equipamentos públicos. Projectos como o IC3, o IC9, o IC36 e o IC8 apresentam atrasos consideráveis. O IC36 nem sequer foi começado e já foi anunciado pelo Governo PS que será um troço com portagem. Tal medida retirar-lhe-á eficácia enquanto parte da circular externa de Leiria.

2 - A Linha do Oeste continua vítima do ostracismo, não desempenhando qualquer papel relevante na promoção do desenvolvimento regional e nacional.

3 - Os sistemas de drenagem e tratamento de esgotos continuam com atrasos em todo o Distrito, estando, por isso, as suas principais bacias hidrográficas, com destaque para a do Rio Lis, gravemente poluídas. É necessário reforçar o investimento neste sector.

4 - O sistema de abastecimento de energia eléctrica necessita também de investimento para que sejam reduzidas as falhas energéticas por má concepção ou obsolescência. As interrupções frequentes no fornecimento de energia, para além dos problemas que criam às populações, provocam graves prejuízos à actividade económica.

5 - A rede de distribuição de gás natural no distrito deve ser ampliada.

6 - A infra-estrutura digital, com ou sem fios, tem um papel cada vez mais importante nas sociedades modernas. O Distrito apresenta neste plano atrasos que urge vencer para impulsionar o desenvolvimento económico e para garantir às populações maior acesso à informação e comunicação proporcionadas pelas TIC.

7 - As vias de comunicação e os serviços públicos de transporte são essenciais à vida moderna. O seu desenvolvimento e a prestação de serviços de qualidade a preços acessíveis constituem objectivos de luta no plano social. É necessário exigir do poder político que o Estado exerça discriminação positiva ao Distrito de modo a superar os atrasos que lhe foram sendo impostos ao longo dos anos.

III.6 – Agricultura

1 - A agricultura no distrito de Leiria enfrenta há anos uma grave crise nas suas principais fileiras produtivas. Os últimos anos estão marcados por uma persistente tendência para o declínio que se expressa pela diminuição e envelhecimento dos seus activos, do número de explorações, da área cultivada, incluindo da área florestal, mas também do efectivo pecuário, bovino e suíno, com reflexos na diminuição do Valor Bruto da Produção e no alargamento dos fenómenos de desertificação humana no mundo rural numa parte significativa do território distrital, ampliando as desigualdades regionais.

2 - Esta evolução é o resultado das políticas nacionais e comunitárias, nomeadamente da aplicação da Política Agrícola Comum (PAC), e do crescente recurso às soluções neoliberais, com o aprofundamento da liberalização dos mercados e o favorecimento das grandes explorações, da agro-indústria e da grande distribuição.

3 - As importações sem controlo, o esmagamento das explorações em resultado dos elevados custos dos factores de produção e os modelos de ajuda ao investimento que deixam de fora as pequenas explorações estão a liquidar crescentes fatias da agricultura, da floresta e da pecuária regionais.

4 - A estes factores junta-se o fraco apoio, o arrastamento de programas regionais de desenvolvimento da agricultura, nomeadamente dos programas de reabilitação e ampliação das zonas de regadio, e, no plano da produção pecuária, as dificuldades em cumprir a legislação ambiental, o que promove o processo de concentração em grandes explorações.

5 - Na verdade, os principais sectores agrícolas regionais – o horto-frutícola e o vitivinícola – continuam a ser os menos protegidos e menos apoiados pelas políticas nacionais e comunitárias. O mesmo sucede com a produção florestal e pecuária (principalmente suínica) que, em geral, enfrentam o problema do esmagamento dos preços na produção e dificuldades de escoamento dos seus produtos.

6 - O actual governo do PS vem hoje reconhecer que as anteriores reformas da PAC foram erradas para logo vir defender uma nova reforma, escamoteando as responsabilidades dos sucessivos governos do PS e PSD nas reformas passadas.

7 - Não são claros ainda todos os seus propósitos para a reforma que se prepara, mas são já previsíveis as consequências do conjunto de instrumentos de política agrícola que estão em

curso e que, a concretizarem-se, aprofundarão, no plano regional, as tendências negativas dos últimos anos.

8 - As reformas das OCM da Vinha e do Vinho e das Frutas e Hortícolas, bem como o Plano de Desenvolvimento Rural 2007/2013 que enquadra as ajudas públicas à agricultura e ao mundo rural são propostas ao arripio do desenvolvimento da agricultura regional.

8.1 – A OCM das Frutas e Hortícolas não vai no sentido de reequilibrar a distribuição desfavorável das ajudas comunitárias ao rendimento e à garantia de ajudas à generalidade das frutas e legumes. A OCM do Vinho apresenta uma orientação contraditória que no imediato aponta e favorece com incentivos o arranque da vinha (nas pequenas explorações) e a prazo aponta para liberalização do mercado (a favor dos grandes produtores).

9 - Relativamente ao Plano de Desenvolvimento Rural, não há garantias de apoio prioritário às explorações familiares, ao desenvolvimento dos produtos regionais de qualidade e ao fomento de medidas de fixação dos agricultores à terra, nomeadamente com ajudas especiais que valorizem e promovam também a multifuncionalidade das explorações agrícolas familiares.

III.7 – Pescas

1 - A recente cessação da actividade da Pescagest (Peniche), com a venda das suas embarcações para o estrangeiro, é mais um facto que evidencia o quadro de crise e dificuldades que atravessa o sector das pescas regional.

2 - A redução dos apoios à actividade pesqueira no último Quadro Comunitário de Apoio (QCA) e o agravamento dos custos dos combustíveis continuou acentuar o percurso de definhamento das pescas com a contínua redução da frota nos dois portos do distrito.

3 - A Política Comum de Pescas e os respectivos quadros comunitários de apoio, negligenciando a especificidade das nossas pescas, acabaram por inviabilizar a necessária renovação e modernização da frota.

4 – Esta situação agravou-se pela subserviência dos governos nacionais às orientações da comunidade e à ausência de medidas de defesa dos nossos recursos marinhos, o que hoje assume uma particular acuidade, particularmente do “peixe miúdo”, objecto de captura da pesca artesanal. A atitude de subserviência continua com o presente Plano Estratégico Nacional para as Pescas 2007/2013 cujas opções vão mais no sentido de dar seguimento à política de abates e ao desenvolvimento da aquacultura do que favorecer a dinamização do sector e a renovação e modernização da frota.

5 - Esta evolução negativa conduziu à drástica redução dos rendimentos dos pescadores e das condições de trabalho a bordo e tem reflexos na incapacidade que o sector revela de atracção dos jovens para a actividade pesqueira, bem patente também nas dificuldades de atrair a juventude para uma formação específica nas pescas.

6 - A pequena pesca, significativa nos portos regionais, continua, pelos baixos rendimentos auferidos e pela falta de apoios, compelida pura e simplesmente à solução do abate. Problema que se agrava com a ausência de uma política para a defesa dos recursos.

IV – Ambiente

1 - Os recursos ambientais têm estado na completa sujeição aos interesses privados e à mercê da apropriação e rentabilização capitalista.

2 - Por inércia ou de forma deliberada, a política de direita promoveu a destruição acelerada do património ambiental regional, bem patente no desordenamento do território, na poluição das linhas de águas e na sobre-exploração e degradação dos recursos naturais de elevado valor ambiental e patrimonial.

3 - Na mesma linha, assistimos à promoção de políticas que visam colocar bens públicos e recursos ambientais essenciais às populações a reboque dos grandes interesses privados.

4 - As condições excepcionais e de privilégio reservadas aos projectos PIN para turismo de luxo – autênticos projectos imobiliários massificados, alguns de milhares de fogos, que põem em causa a sustentabilidade do território – e as crescentes pressões para criar as circunstâncias que visam a privatização dos sistemas de saneamento básico (água, saneamento e resíduos sólidos) são dois exemplos que evidenciam a continuação de uma política de direita predadora dos recursos públicos.

5 - Os problemas da poluição das linhas de água das bacias hidrográficas do Distrito e a erosão e ordenamento da orla costeira continuam a carecer de uma efectiva solução e são duas das mais prioritárias áreas de intervenção regional no plano do ambiente e da defesa do património natural.

6 - O sério problema da poluição agro-pecuária e industrial continuou a manifestar-se neste período com contínuos e preocupantes atentados ambientais. As soluções de tratamento específicas não têm tido o andamento célere que a gravidade da situação impõe. Os programas de despoluição das bacias hidrográficas da região, embora com ritmos diferentes, estão muito longe de garantir a sua regeneração e muitos deles mantêm atrasos consideráveis.

7 - Os problemas da erosão da orla costeira têm-se agravado consideravelmente sem uma resposta adequada dos vários governos. As situações críticas são hoje mais numerosas e mais graves com a rápida erosão da costa, nomeadamente em S. Pedro de Moel, Vieira de Leiria, Nazaré, praias do norte de Alcobaça e Pedrógão.

V – Saúde

1 - A política de direita de desresponsabilização do Estado da obrigação constitucional de garantir às populações o direito à saúde prosseguida pelos últimos governos teve, com o actual governo do PS, uma nova e mais preocupante evolução quer com as suas propostas ditas de reestruturação do Serviço Nacional de Saúde e de aumento dos custos da saúde, quer com o adiamento dos investimentos necessários à requalificação e desenvolvimento dos serviços públicos de saúde no distrito.

2 - Continua adiada a ampliação do Hospital de Caldas da Rainha e a requalificação da restante rede hospitalar, bem como a construção de novos centros de saúde, como é o caso de Pombal.

3 - As carências de profissionais de saúde agudizaram-se. Hoje acrescentam-se aos cerca de 20 000 utentes sem médico de família em 2003 mais 10 000 pessoas, atingindo particularmente os concelhos de Leiria, Alcobaça, Peniche e Pombal. Na rede hospitalar persistem grandes atrasos nas cirurgias e nas consultas externas de várias especialidades.

4 - As propostas de reestruturação dos cuidados de saúde primários e o plano de Reestruturação da Rede de Urgências do governo PS, que as populações contestam, são mais um passo na criação de barreiras ao acesso das populações aos serviços de saúde. O encerramento de Serviços de Atendimento Permanente (já concretizado no Bombarral) e a

intenção de encerramento do SAP da Marinha Grande, da urgência do Hospital de Peniche e de largo número de extensões de saúde são medidas que têm como objectivo criar as condições para o surgimento de mais grupos privados, incluindo na prestação de serviços hospitalares, e obrigar as populações ao pagamento dos custos da saúde.

5 - É inaceitável mais uma vez a secundarização do distrito de Leiria ao não considerar, como claramente se justifica, uma urgência Polivalente na Região.

6 - À política de encerramento de serviços, de deterioração da qualidade dos serviços prestados e de criação de dificuldades na acessibilidade aos cuidados de saúde, nomeadamente com o aumento e criação de novas taxas moderadoras, junta-se uma política do medicamento que tem imposto um escandaloso agravamento da comparticipação dos doentes.

VI - A educação e o ensino

1 - A igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares é cada vez menos garantida. As políticas educativas do Governo de Sócrates, também no Distrito de Leiria, têm as suas implicações profundamente negativas particularmente ao nível da Escola Pública, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior.

2 - Diminui o investimento, aumentam as propinas, no ensino público, mas e porque estamos num dos distritos do País com maior número de colégios com Contrato de Associação, é chocante a diferença de tratamento quanto ao financiamento público de que o sector privado tem beneficiado e continua a beneficiar.

3 - O combate sério ao insucesso e ao abandono escolares só é possível com um investimento efectivo na escola pública, criando melhores condições de trabalho e de aprendizagens dos alunos, elevando a qualidade do funcionamento pedagógico das instituições de educação e ensino.

4 - Nas escolas do Distrito de Leiria faltam professores, pessoal auxiliar da acção educativa, equipamentos necessários a uma escola pública de qualidade, são cada vez mais os alunos que ficam sem apoio educativo porque cada vez mais ameaçada a escola inclusiva,

5 - Leiria continua sem ensino universitário, que deve ser público, apesar das diversas promessas do PS e da direita, nunca cumpridas. Outras respostas educativas e de formação seriam oferecidas e permitiria a investigação e o desenvolvimento necessários à região.

6 - Apostar na Educação é apostar de forma séria na diminuição das assimetrias regionais, na qualificação dos trabalhadores, no aumento da escolaridade das populações e no desenvolvimento económico e social do País.

VII - Um novo rumo para o desenvolvimento económico e social do distrito

1 - Identificado com as preocupações e expectativas de largas camadas sociais sujeitas às consequências de uma política determinada pelos interesses do grande capital, os contributos que o Encontro do PCP sobre o Desenvolvimento Económico e Social do Distrito de Leiria avança integram-se na construção de uma alternativa política e de uma política alternativa que rompa com a actual situação e lance Portugal no rumo do progresso

e do desenvolvimento económico e social onde o trabalho e os trabalhadores sejam o elemento central

2 - Portugal e o Distrito precisam de outra política que combata as causas das crises cíclicas e estruturais, apoiando convincentemente o tecido económico das micro, pequenas e médias empresas, a agricultura e a floresta familiares e as pescas, combata as fragilidades nacionais e regionais, defenda e estimule os direitos laborais e sociais, defenda o controlo dos sectores estratégicos da nossa economia, promova o ordenamento harmonioso do território e crie condições para a expansão da actividade produtiva. Porque a política de direita fracassou, acarretando graves prejuízos para o país e a região, é urgente um Novo Rumo e uma Nova Política.

3 - No estágio em que nos encontramos, o desenvolvimento económico exige o maior respeito pela natureza, as suas leis e os seus processos. É necessária uma gestão do território equilibrada, que respeite generalizadamente o ambiente, muito particularmente salguarde o Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros e as zonas costeiras, promova a biodiversidade dos importantes espaços naturais que possuímos, nomeadamente as zonas húmidas, e preserve os biótipos CORINE e as zonas incluídas na Agenda 2000.

4 - O Distrito apresenta um elevado potencial em recursos próprios – naturais, históricos, culturais, sociais e económicos – e uma apreciável dinâmica económica e social na maior parte do seu território. Porém, nos concelhos do norte interior, longe das grandes urbes e dos eixos de comunicação, é preocupante o processo de declínio económico e social que deve ser revertido.

5 - A falta de ensino universitário e de centros de I&D é um factor inibidor de um maior desenvolvimento, particularmente constatável quando se procede a analogias com distritos que deles estão dotados.

6 - A ausência de uma regionalização efectiva e democrática e de políticas de desenvolvimento regional são factores condicionantes da afirmação do distrito, dos interesses das populações e da defesa da sua economia.

7 - O poder local democrático, que desempenha um importante papel na promoção do desenvolvimento económico e social, está ser alvo de uma ofensiva política, ideológica e administrativa prosseguida pelo governo PS e pela direita ao serviço do capital que visa a privatização de importantes serviços essenciais, como o abastecimento de água e a recolha e tratamento de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos, designadamente através de sistemas multimunicipais.

8 - O tecido económico da Região tem uma rica experiência de internacionalização que urge saber aproveitar, nomeadamente com vista à resolução dos problemas de gestão, de inovação, cooperação inter-empresarial, produtividade, competitividade e aproximação a novos mercados. As experiências de internacionalização e expansão da actividade operacional para mercados externos são uma mais-valia regional.

9 – A economia só tem a ganhar se os empresários e gestores entenderem que a salvaguarda e promoção de direitos sociais e laborais e uma distribuição mais justa dos rendimentos gerados nas empresas lhes trará vantagens acrescidas quer directamente na empresa, pelo incentivo à disponibilidade e criatividade dos trabalhadores, quer pela expansão da actividade económica regional. Trabalhadores com rendimentos mais elevados e com direitos têm condições para promover a elevação do seu nível social e cultural e aumentar e qualificar o consumo de bens e serviços.

VIII - Contributos para uma política de desenvolvimento económico e social do

distrito de Leiria

1. Valorizar o trabalho e os trabalhadores, combater o desemprego e os baixos salários e promover o emprego estável e com direitos.
2. Recusar firmemente soluções assentes numa política de mão-de-obra barata, precária e sem direitos ou discriminatória dos trabalhadores imigrantes.
3. Respeitar a dignidade e os direitos dos trabalhadores e das suas organizações representativas, valorizar a contratação colectiva. Promover uma grande melhoria das condições de saúde, higiene e segurança no trabalho, com o envolvimento eficaz das entidades públicas competentes, dos sindicatos e das empresas e associações empresariais.
4. Combater as desigualdades sociais, promover uma justa repartição da riqueza, revalorizar os salários.
5. Promover o bem estar das populações através da melhoria dos seus rendimentos e da qualidade dos serviços públicos (saúde, ensino e segurança social)
6. Combater a crise instalada na construção e obras públicas, apoiando com mais e melhor investimento público a dinamização da actividade económica, nomeadamente dando resposta aos reais problemas em infra-estruturas e equipamentos do Distrito e acelerando o início do QREN 2007-2013.
7. Melhorar a gestão, a organização e as metodologias das actividades operacionais, nomeadamente da produção.
8. Apostar seriamente na formação e qualificação profissionais potenciando todas as forças intervenientes, assumindo os centros tecnológicos existentes e o Instituto Politécnico de Leiria uma particular responsabilidade na formação e qualificação dos activos.
9. Afirmar a importância estratégica da educação e da formação profissional no desenvolvimento sustentado da economia regional. Exigir o desenvolvimento de um sistema regional de ciência e tecnologia que se articula com o ensino superior, as empresas e os centros tecnológicos que urge continuar a desenvolver.
10. Valorizar o ensino politécnico na região e continuar a defender o ensino universitário público como factor fundamental de progresso e inovação.
11. Promover ou apoiar a criação de condições paritárias com outros países europeus, particularmente nos domínios da energia e dos combustíveis.
12. Continuar a luta por medidas de apoio às indústrias estabelecidas, com programas para os sectores em crise, nomeadamente a indústria vidreira e cerâmica, que promovam a sua modernização e novos métodos de gestão, organização da produção e da comercialização.
13. Defender e valorizar a indústria regional através da discriminação positiva das micro, pequenas e médias empresas na distribuição dos fundos nacionais e comunitários e uma mais substancial participação do distrito nos programas nacionais, nomeadamente no apoio a programas regionais e empresariais de formação profissional.
14. Políticas e medidas concretas que permitam à cristalaria repor factores de competitividade com as suas concorrentes, no respeito pelos direitos sociais e laborais dos trabalhadores.
15. Criar um fundo de apoio à exportação, nomeadamente para a indústria de moldes, a fim de fazer face à grande dilação de prazos de pagamento da indústria automóvel.
16. Promover a diversificação dos ramos industriais regionais, particularmente em zonas onde predomina a mono-indústria ou uma excessiva especialização, dando

especial atenção ao desenvolvimento de novas indústrias e serviços que permitam acrescentar valor às produções regionais (área alimentar, madeiras e mobiliário, mármore, etc.),

17. Ordenar o território em respeito pelo ambiente, preservando importantes fontes de matérias-primas e de recursos hídricos; salvaguardar para a exploração económica, nomeadamente nos planos directores municipais, as áreas ricas em minerais (argilas, areias, margas, etc.); e criar espaços qualificados para actividades económicas.
18. Melhorar a qualidade urbana, nomeadamente reforçando substancialmente as políticas de reabilitação e requalificação do edificado e a capacidade de atracção dos centros urbanos aproveitando para o efeito os recursos disponíveis no QREN e nos respectivos programas operacionais.
19. Tomar medidas de defesa do micro e pequeno comércio e dos seus trabalhadores, nomeadamente de âmbito fiscal, contra os privilégios das grandes superfícies e das grandes cadeias de venda a retalho, garantindo o encerramento do comércio aos domingos, com excepção de períodos específicos, como o Natal.
20. Garantir, nomeadamente através dos projectos das regiões digitais, o acesso do micro e pequeno comércio aos sistemas de comércio electrónico.
21. Revitalizar os centros tradicionais e históricos de aglomeração do comércio tradicional independente, reforçando as medidas de reabilitação urbana, comercial e de animação do espaço público, criando melhores condições de atracção dos visitantes e repovoando esses espaços.
22. Lançar, para o Distrito no seu todo, uma política de desenvolvimento turístico integrada, coerente, que harmonize as diversas componentes, que respeite a natureza e o património humano, atenuando a sazonalidade e contrarie o modelo de passagem de muito curta estadia
23. Aproveitar e desenvolver o potencial termal público, quer para o turismo da saúde quer para o turismo de bem-estar. Complementar os projectos em desenvolvimento com a requalificação paisagística e urbana e a animação cultural.
24. Acelerar o Plano Rodoviário Nacional, nomeadamente com a urgente conclusão do IC3, do IC8 e a construção do IC9 e do IC36, sem portagens, uma nova articulação da A1 na zona do Barracão/Meirinhas e a construção de circulares e variantes externas aos principais centros urbanos.
25. Requalificar o IC2 (EN1) com as necessárias duplicações de via, a construção de passagens desniveladas no distrito e da variante da Batalha e a melhoria substancial da ligação Caldas da Rainha/IC2/Rio Maior.
26. Melhorar a rede nacional de estradas no distrito com prioridade para as arrastadas situações da EN8-5 (Alcobaça/Nazaré) e EN8-6 (Benedita/Alcobaça) e na EN242 entre Nazaré e Famalicão com a eliminação da Ponte das Barcas.
27. Desenvolver o transporte público de caminho-de-ferro no Distrito, assegurando os interesses de Leiria na concretização da alta velocidade e a modernização da Linha do Oeste e a sua ligação à Linha do Norte.
28. Conclusão da infra-estrutura da rede de recolha e tratamento de esgotos pública.
29. Promoção da reabilitação e modernização das redes de abastecimento de água e sua gestão pública;
30. Modernização das redes de abastecimento de energia eléctrica.
31. Dotação do Distrito de uma densa e moderna rede de infra-estrutura digital.
32. Dotar o Distrito de instrumentos de ordenamento do território. Promover a criação de órgãos de acompanhamento e de avaliação com a participação de organizações sociais e de defesa do ambiente, entre outras.

33. Lançar uma nova política que defenda e valorize a agricultura regional, fundamentalmente para a produção de bens destinados à alimentação humana, que inverta a actual tendência de abandono da terra e a lógica perversa das actuais políticas que conduzem à redução da capacidade produtiva do sector. Reforçar o investimento regional para a agricultura no âmbito do OE, nomeadamente com reforço do investimento no regadio, no emparcelamento e no associativismo.
34. Alterar a política de apoios com medidas de modelação (redução por escalões) e plafonamento (tectos máximos), canalizando mais ajudas para as pequenas e médias explorações familiares, quer no âmbito das OCM (vinho e frutas), quer do P.D. Rural 2007/2013. Recusar a actual orientação de redução substanciais das medidas agro-ambientais.
35. Combater o desligamento das ajudas à produção e defender o direito de produzir com apoios modelados nos planos nacional, regional e sectorial para todas as culturas.
36. Dotar de facto os novos Programas para o correcto Ordenamento Florestal e para acções integradas de Prevenção de Incêndios Florestais e de Reflorestação, com o objectivo prioritário da defesa e promoção da floresta de uso múltiplo (não industrial) e incentivar a cooperação entre micros e pequenos produtores florestais.
37. Exigir o apoio do Estado aos projectos de despoluição ambiental dos produtores suínícolas e de rentabilização dos sistemas de tratamento (biogás, etc.) garantindo a sua sustentabilidade futura. Lutar contra o adiamento sistemático das decisões na concretização dos programas e adequar os processos ambientais agrícolas à realidade das explorações familiares com os apoios necessários aos actuais licenciamento das instalações pecuárias.
38. Salvar a produção pecuária contra a alta dos preços das rações motivada pela utilização de cereais na produção de biocombustível.
39. Lançar um programa de desendividamento das adegas cooperativas e de apoio ao reforço das capacidades de gestão e à inovação.
40. Apoiar a renovação da frota pesqueira, designadamente a renovação e modernização da frota do cerco, em articulação com a defesa e expansão da indústria conserveira.
41. Apoiar de facto a pesca artesanal, como sector estratégico das pescas nacionais e reivindicar uma política de combustíveis que permita garantir a competitividade do sector e a defesa dos rendimentos dos trabalhadores da pesca.
42. Considerar a realização de um debate com todos os agentes da pesca regionais, visando responsabilizar o Estado na busca de soluções para defender os recursos e garantir a defesa de pescadores e armadores.
43. Alargar a zona de reserva exclusiva até às 24 milhas, garantindo o controlo nacional.
44. Desenvolver a investigação científica dirigida às pescas e aos recursos marinhos.
45. Afirmar uma política que contrarie a mercantilização e privatização da natureza, nomeadamente da água, e garantir a democratização da gestão dos instrumentos regionais de ordenamento do território.
46. Rejeitar as actuais orientações que excepcionam do cumprimento dos planos de ordenamento a execução de projectos de ocupação do território em função do volume recursos financeiros envolvidos, nomeadamente os ditos PIN.
47. Reforçar o investimento para despoluição das bacias hidrográficas do Distrito. Neste âmbito, promover a despoluição dos rios Arunca, Alcoa e Baça, Nabão (em Ansião), da Lagoa de Óbidos, da Baía de S. Martinho do Porto e da Bacia do Lis. Proteger os aquíferos subterrâneas, nomeadamente e entre outros exercendo o

controlo das actividades poluidoras dos lençóis freáticos do maciço calcário estremenho.

48. Defender a urgente concretização de programas de despoluição agro-pecuária com apoio de investimento nacional e comunitário, dando prioridade aos concelhos de grande concentração suinícola, nomeadamente aos da Bacia do Lis e ao concelho de Alcobaça.
49. Concretizar um Programa de Emergência de combate às situações mais críticas de erosão da orla costeira, nomeadamente de estabilização das arribas e promoção de estudos com reforço do investimento num Plano de Requalificação da Orla Costeira, incluindo a defesa das praias em acelerado risco de erosão.
50. Assegurar o direito ao ambiente e à qualidade de vida abrindo novas frentes na defesa da conservação da natureza, nomeadamente com programas de requalificação paisagística das zonas de exploração de inertes e das áreas ambientais degradadas.
51. Garantir a defesa intransigente do Serviço Nacional de Saúde geral , a sua concretização e desenvolvimento como serviço público, universal e gratuito, eficiente e eficaz mantendo-se o Estado como prestador geral e universal de cuidados de saúde;
52. Melhorar e modernizar a rede hospitalar, nomeadamente concretizando o projecto de ampliação do Hospital de Caldas da Rainha. Tomar as medidas efectivas de redução das listas de espera em cirurgia e reforço da capacidade de resposta nas consultas externas.
53. Melhorar a rede de cuidados de saúde primários, construindo novos centros de saúde, ampliando existentes e apetrechando-os com mais equipamentos de meios complementares de diagnóstico.
54. Imediata suspensão dos encerramentos das urgências e serviços de atendimento permanente, nomeadamente da urgência do Hospital de Peniche e do Centro de Saúde de Marinha Grande e reabertura dos Serviços que fecharam. Defesa neste âmbito de uma mais elevada qualificação da urgência do Hospital de Santo André com a sua passagem a Urgência Polivalente.
55. Manter o Hospital Termal das Caldas da Rainha como unidade do SNS ao serviço das populações e alargar e preencher os quadros médicos e de outros técnicos de saúde nos cuidados hospitalares e nos centros de saúde.
56. Desenvolver os serviços médicos domiciliários de apoio aos idosos e deficientes em cooperação com a Segurança Social.
57. Alargar, no âmbito do SNS, a capacidade de resposta, na região, dos serviços de tratamento de toxicodependentes. Assegurar uma unidade de internamento na região e comunidades terapêuticas.
58. Revitalizar o património monumental, tendo em conta a propriedade e gestão públicas, contrariando tendências para a sua privatização.
59. Constituir uma rede de museus e núcleos museológicos, designadamente ligados a actividades produtivas, exigir a requalificação e reabertura do Museu Nacional do Vinho, em Alcobaça, e a concretização do Museu da Floresta, na Marinha Grande.